

# A Ocupação e a Perseguição Política Contra os Estudantes: O Caso das Expulsões e Suspensões dos '20 de Camaçari' do IFBA

**Resumo:** O movimento estudantil (ME) historicamente se destacou pela sua atuação. A partir de 2015, as ocupações, principalmente no Brasil, têm sido vistas pelo ME como um mecanismo eficaz na reivindicação de suas pautas. Este artigo busca mostrar, numa análise do caso dos "20 de Camaçari", como se deu, em meio a uma gestão autocrática, a luta pelo grêmio, a manifestação e a ocupação do IFBA campus Camaçari que gerou um processo administrativo contra mais de 50 estudantes, resultando na expulsão e suspensão de 19 destes, provocando uma enorme mobilização de vários movimentos sociais na defesa dos estudantes então perseguidos.

**Abstract:** *The student movement (ME) has historically stood out for its performance. From 2015, the occupations, mainly in Brazil, have been seen by the ME as an effective mechanism in claiming their guidelines. This article seeks to show, in an analysis of the case of the "20 from Camaçari", as happened, in the midst of an autocratic management, the fight for the guild, the manifestation and occupation of the IFBA Campus Camaçari that generated a administrative process against more than 50 Students, resulting in the expulsion and suspension of 19 of these, causing a large mobilization of several social movements in the defense of the persecuted students.*

*"Quem não vacila mesmo derrotado, quem já perdido nunca desespera. E envolto em tempestade, decepado, entre os dentes segura a primavera."*

(Secos & Molhados em "Primavera Nos Dentes")

## Introdução

Os estudantes brasileiros têm utilizado as ocupações como forma de reivindicar pautas perante ao poder público e de promover mudanças sociais e políticas nas diversas esferas. Com isso, acabam ocupando escolas e universidades, mas também praças e ruas, autogerindo e organizando espaços, agindo coletivamente, numa dinâmica própria do movimento. Essas são ações políticas que, apropriando-se da palavra público, buscam a dimensão da cidade, acreditando que suas ideias não podem ficar reservadas aos espaços privados da vida (MAGALHÃES, 2013).

Com o avanço da globalização a partir da década de 60, a expansão da educação tornou-se uma necessidade. Isso acabou aumentando a demanda por mais vagas na educação. Dessa forma, os estudantes acabaram se tornando uma grande e relevante força social e política, como jamais havia se visto antes (PAULA, 2007, p. 9). Nesse sentido, Hobsbawm (2003, p. 292) afirma que "como revelou a década de 1960, [estudantes] eram não apenas radicais e explosivos, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional de descontentamento político".

No Brasil, o histórico de resistência dos estudantes caminha junto com as demandas postas pela conjuntura política nacional em seus diferentes momentos. Contudo, ele se reforça nas décadas de 20 e 30, quando essa articulação fez surgir entidades estudantis, passando pelo enfrentamento à ditadura civil-militar (1964-1985), a campanha pelas 'Diretas já' (Março de 1983 – Abril de 1984) e o movimento dos 'Caras-pintadas' (1992). Porém, após um período de pouca mobilização dos estudantes em virtude

da relação de colaboração que diversas entidades estudantis mantiveram com os governos (PAIVA, 2013), a juventude despertou em 2013 e atuou de forma intensa nas denominadas 'Jornadas de Junho', que mais tarde deram impulso para as mobilizações e ocupações estudantis de 2015 e de 2016 que se espalharam pelo Brasil e tomaram conta de escolas e universidades.

Esse breve apanhado das lutas do movimento estudantil (ME) mostra como os estudantes se articularam politicamente no âmbito nacional durante os últimos períodos. Porém, as poucas pesquisas e publicações acadêmicas sobre o movimento estudantil no Brasil e que versem sobre as ocupações mais recentes alinhadas a um processo de perseguição a membros do corpo estudantil encontradas durante consulta ao Portal de Periódicos da CAPES, juntamente com as dificuldades que os grandes conglomerados da mídia colocam ao não divulgar positivamente as mobilizações dos estudantes em âmbitos locais e regionais; são um dos impeditivos para a disseminação das informações acerca da atuação política dos estudantes.

Esse artigo pretende mostrar como os secundaristas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) conseguiram, em meio a uma gestão autocrática, se manter articulados, sobretudo no *campus* Camaçari, onde as ações repressivas foram mais intensas após as eleições para Direção do *campus* e Reitoria da instituição e depois de uma ocupação, com uma retaliação mais violenta que contou com a abertura de processos administrativos contra estudantes militantes. Tais processos tramitaram, como será demonstrado, à margem da lei e foram conduzidos de forma parcial com o objetivo de perseguir e punir os estudantes que participaram de uma ocupação na escola no início de 2015, e isso resultou na suspensão de 14 estudantes e na expulsão de 5. Essas medidas, consideradas ilegais e arbitrarias, geraram uma enorme insatisfação na comunidade acadêmica do IFBA, mas também no movimento estudantil de forma geral, em movimentos sociais, organizações

**Rafael Bomfim Souza**

Graduando em Direito pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Rafael foi um dos estudantes expulsos.

**Contato:**

<rafabomfims@gmail.com>

**Mirela Santiago Santos**

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

**Contato:**

<mirela.santiago@hotmail.com>

**Palavras-chaves:**

Ocupação; IFBA; Perseguição política; 20 de Camaçari; Grêmio.

**Keywords:**

*Occupation; IFBA. Political persecution; 20 from Camaçari; Guild.*

políticas e na sociedade civil como um todo, que acabaram articulando uma frente de mobilização em defesa dos estudantes punidos intitulada “Pelos 20 de Camaçari”, que contou com o apoio da Defensoria Pública da União (DPU). Para evidenciar tais fatos, realizamos uma investigação contemplando três diferentes momentos, a saber: 1) uma pesquisa teórica sobre a atuação dos movimentos estudantis no Brasil; 2) a experiência dos autores, que eram estudantes e lideranças estudantis do *campus* Camaçari durante o período retratado (um deles sendo um dos “20 de Camaçari”); e 3) a coleta de relatos de alguns estudantes punidos e a consulta aos autos processuais e documentos relacionados ao caso (notas de esclarecimentos, notas de apoio, pareceres jurídicos e vídeos). Durante a construção deste artigo, demarcamos os principais aspectos do caso, relacionando-os aos recortes mencionados acima e que estarão presentes no texto.

### **O movimento estudantil no Brasil e as ocupações como instrumento de luta**

As históricas conquistadas no âmbito da educação no Brasil são creditadas também aos estudantes, pois esses sempre estiveram presentes nas lutas em defesa da educação. Nesse contexto, os Movimentos Estudantis (ME), como movimentos sociais, desempenham um papel central, pois atuam na defesa dos interesses dos estudantes e na democratização do ambiente escolar. Os meios usados para travar lutas em defesa dos estudantes e ampliar a sua mobilização são inúmeros e se reinventam a cada dia graças ao dinamismo desses sujeitos. Uma das formas que tem se mostrado muito eficaz nessas mobilizações são as ocupações.

Todavia, ao caracterizar o movimento estudantil como um movimento social, é preciso compreender os movimentos sociais. Touraine *apud* Goss e Prudencio (2004) os conceitua como grupos que combinam conflitos sociais com projetos culturais, defendendo um modo diferente de valores morais e que se baseiam na consciência de um conflito com um adversário social. Nessa linha, Gohn (1997) os caracteriza como ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil.

Assim, entendemos que os movimentos sociais não estão a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita, mas lutam pela democratização das relações sociais (GOSS & PRUDENCIO, 2004). Sob esse ângulo, tanto Offe *apud* Gohn (1997) traz que as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais são como uma resposta nacional a um conjunto específico de problemas, como Laclau (1986) aponta que os movimentos sociais abrem o potencial para o progresso no sentido de uma sociedade mais livre, democrática e igualitária.

A história do Brasil é marcada por lutas, e em muitas delas os estudantes estavam presentes. Foi assim na era Vargas, quando a mobilização dos estudantes acabou resultando na fundação das entidades de estudantes a nível nacional: a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Outro momento histórico da luta dos estudantes brasileiros foi o período da ditadura civil-militar (1964–1985). O movi-

mento estudantil foi protagonista nas lutas contra o regime, no qual mesmo sofrendo forte repressão e tendo que agir às escondidas, não saiu da linha de enfrentamento e permaneceu em defesa de uma sociedade democrática.

Mais tarde, com o enfraquecimento do regime ditatorial, teve início uma enorme mobilização pelas eleições diretas para Presidente da República. O movimento intitulado “Diretas Já” teve ampla participação popular, e outra vez os estudantes estavam nas trincheiras dessa luta. Esse mesmo movimento estudantil cumpriu um importantíssimo papel não só na redemocratização, como também nas batalhas políticas que se seguiram. Uma dessas lutas foram os “Caras-pintadas”, movimento organizado pelos estudantes brasileiros que, após as inúmeras denúncias de corrupção que pesaram contra o então presidente Fernando Collor tomaram as ruas exigindo o *impeachment* deste. O nome “Caras-pintadas” foi atribuído ao movimento por conta de sua forma de expressão: os jovens nas ruas com rostos pintados de verde e amarelo. Essa marca ficou registrada como o símbolo desse movimento que se tornou vitorioso após o Senado condenar Collor.

Na década seguinte, houve momentos complicados na história do ME brasileiro. Esses são caracterizados pelas poucas, mas grandes lutas travadas pelos estudantes e pelo apassivamento do movimento estudantil. Após a vitória do ex-presidente Lula em 2002, a UNE mudou sua relação com os estudantes e com o governo. A entidade se afastou do campo estudantil combativo e se aproximou do governo, mantendo com esse uma relação de colaboração e negociação (PAIVA, 2013). A partir disso, a UNE, como outros diversos movimentos, perdeu, nas palavras de PAIVA (2013), “o horizonte de expectativas de transformação”, e começou a atuar como um aliado do governo, ignorando pautas dos estudantes que iam contra as ações do governo, o que acabou por gerar uma apatia dos estudantes em relação à entidade.

Por outro lado, durante esse período também houve mobilizações dos estudantes e as greves de 2007 são a prova disso. Quando o então Presidente Lula assinou o Decreto 6.096/2007, que criava o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), não contava que, mesmo com o apoio da UNE, iria enfrentar grandes greves em que servidores e estudantes lutavam contra o programa. O REUNI, que previa o aumento das vagas ofertadas nas universidades, não previa a contratação de professores, nem o aumento das verbas repassadas para as Universidades. Como reação, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-ANDES-SN anunciou greve em inúmeras universidades e coube ao ME, independente da UNE, articular uma grande greve de estudantes.

Outro momento de atuação da juventude, que contou com a participação, mesmo em número menor, do movimento estudantil, foram as Jornadas de Junho de 2013. Singer (2013) coloca que, ao mobilizar milhões de pessoas em todo o país, obrigando a revogação do aumento das passagens e ameaçando a Copa das Confederações, os movimentos de fato moveram uma placa tectônica quando começaram a se espalhar para as vastas periferias metropolita-

nas. Antunes e Braga (2014, p.) afirmam que “junho de 2013 entrará para a história das rebeliões sociais no Brasil como uma data emblemática”, e seguem apontando que as manifestações ocorreram “em praticamente todas as capitais do país, das grandes às pequenas cidades, do centro às periferias, numa explosão popular que balançou os pilares da ordem”.

Na canção “Hino à Rua”, o Coletivo Baderna Mi-diática afirma que, em junho de 2013, a população ocupou “a rua para devolver o que é dela de direito: o lugar da assembleia mais legítima”. Nessa linha, Parra (2013) reconhece que como dizia o bordão, era “muito mais do que 20 centavos” que estavam em jogo e que foi interessante observar como em junho (e ainda hoje) diversos grupos e movimentos sociais renovaram seu repertório estratégico ao voltar a ocupar ruas e espaços governamentais. As Jornadas de junho, apesar de terem uma adesão histórica por parte da sociedade, não tiveram completa adesão do movimento estudantil. Porém, muitos estudantes organizados estiveram presentes nas ruas com suas faixas e bandeiras, demonstrando unidade em torno das pautas colocadas.

Em 2015, as lutas dos estudantes seguiram firmes. Com o ajuste fiscal implementado pelo governo federal, inúmeras greves começaram a eclodir no Brasil. Grande parte do funcionalismo público parou, e não foi diferente com as universidades e Institutos Federais. Apesar do *slogan* do Governo Federal “Brasil: Pátria Educadora”, a presidente Dilma efetuou um corte de 10% no orçamento do Ministério da Educação, o equivalente a R\$ 10,5 bilhões, que inviabilizou o funcionamento de inúmeras universidades pelo Brasil. Um exemplo foi a Universidade Federal da Bahia-UFBA que, devido aos cortes no mês de maio, só teria recursos para funcionar por mais três meses. Em maio, os professores da UFBA decidiram iniciar uma greve que durou 140 dias. Dentro disso tudo, os estudantes da UFBA não ficaram calados. Alinhados com os estudantes do resto do país, iniciaram uma greve estudantil contra os cortes do governo. Paralelo a isso, os servidores do IFBA haviam também decretado greve em abril de 2015, na luta contra os cortes, mas também por questões internas do IFBA como a não imposição do ponto eletrônico, a carga horária de 30 horas semanais para os Técnico-Administrativos-TAEs, entre outras. Nessa greve todas as unidades do IFBA paralisaram.

No fim de outubro de 2015, o governo do estado de São Paulo (SP) anunciou uma reorganização escolar que fecharia aproximadamente 94 escolas. A reação foi imediata. Os estudantes começaram a ocupar as escolas contra isso. Muitos secundaristas iniciavam ali sua primeira experiência política. Mesmo diante da repressão que o governo paulista vinha fazendo, não recuaram. No auge da mobilização, 200 unidades foram ocupadas. Essas mobilizações paulistas foram uma semente para os estudantes brasileiros. Inspirados nos secundaristas de São Paulo, os secundaristas de Goiás (GO) também começaram ocupações contra ações do governo, como por exemplo, a terceirização da gestão escolar.

No mesmo período, quando o governo do Paraná (PR) anunciou que iria fechar escolas, nos moldes da reorganização paulista, os estudantes paranaenses se somaram aos secundaristas paulistas e goianos e

começaram também a ocupar as escolas. Essas manifestações mostraram ao Brasil que os estudantes têm poder de interferir nas decisões do poder público, e que não se calariam diante de medidas antidemocráticas que viessem a surgir. Os estudantes secundaristas não só provaram que o movimento estudantil continuava vivo e alerta, como mandaram um recado ao governo, que recuou nas propostas.

No ano de 2016 se aprofundou a instabilidade política no Brasil. Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que por muitos foi considerado como um golpe jurídico-parlamentar, o então vice-presidente Michel Temer assumiu o comando do país e iniciou a implementação de uma série de medidas e reformas neoliberais. Entre elas, a PEC do teto de gastos, que previa o congelamento de investimentos por 20 anos, o Projeto de lei “Escola sem partido”, e a Medida Provisória 746, que instituiu uma reforma no currículo do ensino médio sem nenhum diálogo com a sociedade.

Insatisfeitos com a situação política do país e com as reformas que estavam sendo colocadas, os estudantes mais uma vez reagiram de forma proporcional aos ataques. O exemplo dos secundaristas de 2015 se espalhou pelo Brasil, e ocupações começaram a emergir em escolas e universidades do Brasil inteiro. Segundo a UBES, o estado do Paraná bateu recorde: quase 850 escolas ocupadas. No clímax das ocupações, a região Nordeste teve 56 escolas ocupadas, sendo a Bahia o estado com o maior número, contando com 15 ocupações (sendo oito em *campus* do IFBA, incluindo a sede da Reitoria da instituição). O grande movimento das ocupações em 2015 e 2016 ganhou tanto destaque e apoio perante a opinião pública que ficou conhecido nacional e internacionalmente como a “primavera secundarista”<sup>1</sup>.

Os governos tentaram judicialmente medidas de reintegração de posse, alegando que estavam ocorrendo invasões e danos ao patrimônio público. Entretanto, juizes e desembargadores de todo o país negaram a maioria dos pedidos, ao mesmo tempo em que reconheciam as ocupações como legítimas. Na maioria das decisões, o judiciário se aproximava do discurso de que o Brasil e o mundo vivem tempos democráticos, e as manifestações de ruas obrigavam o poder público a reconhecer a legitimidade dos movimentos sociais e dos protestos, e que esses, assim como as ocupações, precisam ser aceitos como meios de manifestação válidos que devem levar ao diálogo e à interpretação de que todo o poder emana do povo e para ele deve ser exercido.

Conforme assentou Magalhães (2013, p. 3), os movimentos sociais, em grande medida, buscaram as ruas e os espaços públicos como forma de evidenciar suas questões, demandas e reivindicações político-sociais. Assim, manifestar-se virou também sinônimo de ocupar, adentrar. Nesse viés, ainda persiste uma disputa de termos, enquanto os movimentos sociais e estudantis exigem seu direito de ocupar e de manifestar-se, reivindicando esses termos de forma positiva, setores conservadores da sociedade, por outro lado, criminalizam e repudiam tais ações e adjetivam-nas como “invasões”, ainda que magistrados afirmem, em suas decisões, que essas mobilizações não são crimes, que são legítimas e integram os direitos à liberdade de manifestação e expressão política.

1 UBES - Retrospectiva: relembre as grandes vitórias da Primavera Secundarista. Disponível em: <<http://ubes.org.br/2016/retrospectiva-relembre-as-grandes-vitorias-da-primavera-secundarista/>>.

## O Movimento Estudantil no IFBA e a UEES: as eleições de 2013 e seus desdobramentos, a ausência de democracia e a gestão autoritária

Os estudantes sempre mostraram sua força para construir grandes lutas e no IFBA nunca foi diferente. Os estudantes sempre estiveram ativos e organizados. Um exemplo disso foi a criação da União Estadual dos Estudantes Secundaristas do Instituto Federal da Bahia (UEES-IFBA) em 2011, e a realização do primeiro Congresso Estudantil-COENES do IFBA. Esse seria o início de muitas lutas e de uma entidade que viria a marcar a história dos estudantes. Em meio à expansão dos Institutos Federais e cortes na educação implementados pelo governo, assim como o aumento dos investimentos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC e os exorbitantes gastos nas obras da Copa de 2014<sup>2</sup>, coube aos estudantes do IFBA iniciarem, na Bahia, a lutas por mais investimentos, por uma expansão com qualidade, e também pela pauta dos “10% do PIB para a educação pública”. A ocupação da Reitoria do IFBA em 2011, os protestos realizados nas cidades onde a instituição possuía unidades e intervenções nas audiências públicas do PRONATEC realizadas no Instituto foram exemplos da forte atuação dos estudantes em 2011. Esses estudantes através da UEES honraram a trajetória dos estudantes brasileiros e permaneceram até o fim, na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade<sup>3</sup>.

A educação, assim como as lutas em seu favor, detém uma bagagem histórica que influenciam os movimentos sociais nas demandas e na busca pelo exercício das causas. Gohn (2016) afirma que, na primeira década deste século, os estudantes demarcaram novas formas de ações coletivas. Tal afirmação é dada quando esse desempenho é comparado aos movimentos estudantis e à sequência de revoltas, passeatas, tensões entre militares e forças democratizantes em que os estudantes estiveram presentes. Surgiu uma nova demanda por ações devido às necessidades urgentes de mobilização que por vezes configura articulações entre movimento estudantil e classe trabalhadora, assim como nas Diretas Já. De acordo com Gohn, (2016, p. 2),

*“Das ações dos estudantes de Direito na fase do Brasil Império, passando pelas lutas estudantis dos anos 60, pelas Diretas Já de 1984, pelos Caras Pintada de 1992, até a UNE atual, e as novas formas de ação, com ocupações em órgãos administrativos da universidade, ou as ocupações de escolas por estudantes do ensino médio, os estudantes são atores políticos relevantes no Brasil.”*

Em 2013 ocorreram eleições em toda rede do Instituto Federal da Bahia. A disputa pelos cargos de diretores gerais dos *campi*, Reitoria e Conselho Superior impulsionaram a tensão política que crescia entre os diferentes grupos políticos e se expandiu no âmbito do Instituto, com a divisão entre servidores com posturas mais progressistas e grupos ligados à gestão central. No *campus* Camaçari, a rivalidade entre os candidatos chamava atenção pelos perfis opostos que almejavam o cargo de Direção Geral (DG). De um lado o então diretor, professor Affonso Alves Filho, que se encontrava no cargo há seis anos, e do outro a professora Sueli Santos. Houve

grande envolvimento dos estudantes, incluindo os que mais tarde foram alvos de processos administrativos.

Presenciava-se uma forte dicotomia, era o que se ouvia nos corredores da instituição. Os servidores que apoiavam o professor Affonso estavam intimamente ligados a visões burocráticas sobre gerir uma instituição de ensino e voltadas a um modelo educacional extremamente tecnicista. Enquanto as questões levantadas pelos estudantes e professores que apoiavam a candidatura de Sueli ampliavam a discussão para interesses mais pedagógicos que envolvem uma instituição de ensino, como era o próprio lema da campanha “Democracia, participação e transparência”. A escola, influenciada por uma estrutura social construída anterior à entrada dos estudantes, desempenha o papel de continuar a reproduzir ou de modificar os valores por ela apreendidos. Diante disso, Nidelcoff (1978) diferencia os perfis dos professores entre professor-policia e professor-povo. Segundo Nidelcoff (1978, p.),

*“A caracterização do “professor-policia” incluirá a maioria dentre os educadores que, ao atuarmos, como “professores-nada-mais”, compreendemos mal os significados sócio-políticos de nossas atitudes e nos convertemos em sustentadores da atual estrutura social, como já dissemos anteriormente”*

Já o professor-povo, segundo Nidelcoff (1978), possui uma função frente aos estudantes que é fazê-los descobrir a capacidade que têm, caso se unam e se organizem. Diferente do professor-policia, que assume posturas de autoritarismo. Dessa forma, podemos atribuir essas diferenças aos professores que apoiaram as diferentes candidaturas no IFBA Camaçari.

O resultado final das eleições para DG do *campus* Camaçari foi adiado para janeiro de 2017 em virtude da judicialização do pleito. Enquanto isso, o professor Affonso ocupava, desde 2014, o cargo como diretor *pro tempore*. O motivo da postergação do resultado foi a tentativa, por parte de uma servidora do *campus*, de impugnar a candidatura da professora Sueli Santos, através de uma liminar em mandado de segurança que foi deferida no dia da eleição, suspendendo a candidatura sob a alegação de Sueli não preencher os requisitos legais para concorrer ao cargo. O processo, ao final, foi julgado procedente em primeira instância, suspendendo em definitivo a candidatura de Sueli.

Em 2014, ocorreu o Baile de Máscaras, evento com finalidade de comemorar o fim de ano letivo, organizado por uma comissão estudantil sem ligação com a Diretoria do Grêmio (Chapa Voz Ativa) e autorizada pelas três diretorias da Instituição (Geral, Ensino, Administrativa). Diferente da primeira edição do Baile de Máscaras ocorrida em 2013, organizada pela antiga Gestão do Grêmio (Chapa 11 de maio), a segunda edição contou com a participação de estudantes e convidados e foi fiscalizada por servidores. No dia seguinte à festa, ao realizar uma limpeza na unidade, a sala do Grêmio foi invadida pela Gestão, que alegou ter encontrado garrafas de bebidas alcoólicas e resíduos de cigarro. A gestão afirmou se tratar de droga ilícita. Porém, essa hipótese foi anulada pelo Departamento da Polícia Federal. Entre-

2 O TCU contabiliza R\$ 25,5 bilhões de gastos com a Copa do Mundo. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-copa-do-mundo>>.

3 Sobre isso, ver o vídeo “Jornada de Lutas” - IFBA 2011”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Eih9gd-67Fyk>>

tanto, com base nessas alegações, a sala do Grêmio Estudantil foi interditada e seria instaurado processo para apuração dos fatos.

A interdição a sala do Grêmio representou, para os estudantes, o fim de um espaço que proporcionasse refúgio ao desgaste constante do ambiente escolar. Por ser um espaço de uso comum da comunidade estudantil, o fechamento da sala impediu o acesso a aparatos necessários do cotidiano discente, tais como a impressora adquirida e usada por estudantes e material artístico. Além disso, a interdição da sala do grêmio caracterizou um total desrespeito à legislação brasileira. A Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985 assegura a organização, o funcionamento e as atividades dos grêmios (BRASIL, 1985), ratificando o direito de organização e de participação de entidades estudantis (BRASIL, 1990). Mais tarde, a Lei nº 9.394/1996 assegurou que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem não só na vida familiar, na convivência humana e no trabalho, mas também nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

#### **A ocupação no IFBA Camaçari em 2015: os processos administrativos, a perseguição política e as punições**

Ferraro e Dal Ri (2014, p. 6) defendem que umas das principais marcas da atuação política dos estudantes é a divergência em relação às hierarquias rígidas e impostas, e que nas décadas de 60 e 70 o ME teve o propósito de se contrapor tanto ao autoritarismo político, quanto àquele vivenciado nas relações mais cotidianas, como nas relações entre pais e filhos, professor-aluno, patrão-trabalhador. Diante disso, podemos analisar a atuação dos estudantes do IFBA *campus* Camaçari sob esse ponto de vista. Eles, ao se depararem com uma gestão que não dialogava e que abandonava os princípios democráticos, não tiveram outra opção senão contestar, através de um enfrentamento mais radical, as ações da direção da escola em relação aos estudantes e ao grêmio estudantil.

Merece destaque o fato de que os estudantes que, na época (meados de 2014 até o fim de 2015), integravam a diretoria do Grêmio Estudantil Primavera nos Dentes (Chapa Voz Ativa), assim como os seus apoiadores mais próximos, tinham um diferencial que é um ponto chave na história. Todos haviam feito campanha contrária às candidaturas dos professores Affonso e Renato para a direção do *campus* e a Reitoria respectivamente, assim como declararam publicamente apoio à candidatura de Sueli. Após a DG (Direção Geral) tomar a decisão de fechar a sala do grêmio em virtude dos supostos achados no recinto, um clima de insatisfação e revolta tomou conta de todos os estudantes, incluindo aí os que eram apáticos à política. A sala era, para todos os alunos, um refúgio em meio à rotina escolar desgastante que enfrentavam. Na sala eles se reuniam para conversar, cantar, se expressar escrevendo frases e desenhos na lousa do local, usar o computador que havia na sala e ainda realizar impressões gratuitas nas impressoras que o grêmio havia conseguido e que eram mantidas pelos estudantes, já que a escola ofertava cópia para menos de 30% dos estudantes.

Diante dessa situação, os estudantes decidiram se dirigir até uma sala onde o diretor geral iria ministrar aula para tentarem obter informações e, quem sabe, a liberação da sala. Após um extenso debate, a situação piorou: o diretor saiu da sala e foi se reunir com alguns membros da equipe multidisciplinar da escola e que eram alinhados com a gestão, em virtude dos cargos comissionados que ocupavam. Dessa reunião surgiria o que seria o início de uma saga de retaliação política contra os estudantes mais ativos politicamente. A direção, como reação à ação dos discentes, agilizou a instauração do processo administrativo que dizia respeito ao baile de máscaras e manteve a interdição do grêmio. Esse primeiro processo iniciou a “caça às bruxas” que seria levada até as últimas consequências pela gestão do IFBA. As marcas dessa retaliação estão presentes nos relatos dos estudantes. Na avaliação de um dos estudantes perseguidos, as ações da gestão do IFBA foram totalmente contrárias ao fazer pedagógico:

*“A experiência da perseguição realizada pela gestão do IFBA Campus Camaçari (e posteriormente, por grupos ligados à reitoria) foi antes de tudo extenuante. Não bastasse o cansaço psicológico e físico inerentes à rotina intensa que é padrão para a maior parte dos Institutos Federais, toda a pressão causada por esses processos disciplinares – onde “ironicamente”, o aprendizado foi deixado de lado e sequer houve uma discussão com a comunidade estudantil sobre o ocorrido – só contribuíram para tornar aquele ambiente mais opressor do que ele naturalmente é”* (Relato do Estudante 01, suspenso por 10 dias).

Entendendo a política como um processo de disputa, e levando em consideração o perfil dos estudantes do IFBA *campus* Camaçari, era óbvio que essa ofensiva da gestão não ficaria sem resposta. A diretoria do grêmio enviou um documento para a direção pedindo a realização de uma reunião com todos os estudantes no dia 04 de fevereiro de 2015. Chegando o dia 04, por volta de 11 horas, a diretoria de ensino chamou dois membros da diretoria do grêmio para informar que, contrariando o que havia sido acordado, o diretor geral não iria se reunir com todos os alunos, mas somente com a diretoria do grêmio. Na mesma hora levaram a informação para os estudantes reunidos no auditório, que convocaram uma assembleia extraordinária com a finalidade de decidir o que seria feito diante da negativa da gestão em dialogar.

Durante a assembleia foi decidido que os estudantes se dirigissem até a porta da sala da GD para reivindicar a participação do diretor na reunião. Na sequência, os mais de 80 estudantes presentes no auditório se dirigiram para o corredor administrativo em direção à sala da direção geral. Lá, clamavam pela realização da reunião com a presença do diretor. A diretora de ensino informou aos alunos, todos com os ânimos muito exaltados, que o diretor não se encontrava ali. Todavia, ao retornar para a sala da direção geral, ela abriu a porta e, com isso, os estudantes puderam ver que ele estava dentro da sala. Subitamente, alguns estudantes adentraram a sala numa tentativa de convencê-lo a ir até o auditório. Com isso, outros estudantes começaram a também entrar no recinto e a preferir palavras de ordem.

Alguns estudantes riscaram nas paredes “abaixo a ditadura” e “todo poder aos estudantes”. Essa foi a ocupação da sala da direção do IFBA *campus* Camaçari. O protesto durou cerca de 2 horas e foi finalizado com o diretor aceitando se reunir com os discentes, após uma discussão acalorada por ambos os lados. Dessa forma, podemos caracterizar esse ato político realizado pelos estudantes como uma legítima ocupação. O protesto dos estudantes do IFBA Camaçari está totalmente de acordo com o conceito de ocupação de FILLIEULE, visto que:

*“Nós entendemos por manifestação toda ocupação momentânea por diversas pessoas de um lugar aberto, público ou privado com o objetivo de expor as reivindicações, de expressar uma solidariedade, ou de celebrar uma comemoração, e que contenha diretamente ou indiretamente a expressão de opiniões políticas”* (FILLIEULE *apud* FILLIEULE & PECHU, 1993, p. 12, tradução nossa).

Enquanto a reunião ocorria no auditório, a diretora de ensino e outros servidores próximos ao diretor foram responsáveis por articular uma das piores e mais cínicas investidas contra os alunos. Colheram assinaturas para enviar à Reitoria do IFBA um pedido de intervenção. No documento, argumentaram que a ação dos estudantes ameaçou a integridade física deles e que, caso a Reitoria não tomasse providências, iriam paralisar as atividades por tempo indeterminado. Essa ação dos servidores contrariou as normas legais do Brasil que, por meio da Constituição da República, dos tratados e convenções internacionais e do Estatuto da Criança e do Adolescente, impera a doutrina da proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes, sendo dever do Estado e da sociedade assegurar, com prioridade, o direito à vida, à dignidade, ao respeito e à liberdade deles. Ainda nesse contexto, tanto a Constituição como a lei de diretrizes e bases da educação (LDB) determinam que o ensino público tem como princípio a gestão democrática nas escolas (BRASIL, 1996).

Diante do pedido dos servidores, a Reitoria autorizou que as atividades no *campus* fossem suspensas de 5 até 21 de fevereiro de 2015, sem consulta à comunidade. Esses dias representaram, na avaliação de diversos docentes, um dano irreparável ao calendário acadêmico. Paralelamente, o reitor do IFBA determinou que fosse instaurado processo administrativo disciplinar (PAD) para apurar e responsabilizar os responsáveis pela ocupação. Essa atitude de perseguir politicamente os estudantes demonstra que a atuação dos estudantes é muito mais do que uma simples atuação política reivindicatória ou de oposição política. Mostra que a atuação dos discentes vai além de questões que dizem respeito só às divergências políticas. Tal como afirmou Araújo (2009, p. 169), as mobilizações estudantis, independentemente de suas reivindicações específicas, contestam também o modelo de educação existente e, ao mesmo tempo, afirmam um modelo de educação pública, gratuita e de qualidade, com ampla democracia e autonomia.

A abertura do PAD surpreendeu, mesmo tendo em vista que utilizar PADs contra membros da escola que se posicionavam contra a gestão tivesse se tornado comum no IFBA. Tanto a reitoria como a gestão do *campus* estavam criminalizando o mo-

vimento da ocupação. Para a direção e alguns servidores, a ocupação era um sinônimo de desordem. Assim como assentou Magalhães (2013), os indivíduos que participavam destas ações eram vistos como baderneiros, pois eram associados sempre ao fato de promoverem perturbações contra a ordem pública. Esse mesmo tratamento é dado por parte da mídia que noticia os fatos e que é reproduzido no discurso do senso comum, ao criar a imagem de que as manifestações políticas têm sempre um cunho destruidor e selvagem (MAGALHÃES, 2013, p. 21).

O processo disciplinar “baile de máscaras” e o processo administrativo tramitaram simultaneamente e à margem da lei. Conforme ficou demonstrado e pode ser aferido em consulta aos autos, os procedimentos não só não seguiram os devidos ritos legais ao não oportunizarem aos discentes o direito à ampla defesa<sup>4</sup>, assim como o fato de os estudantes terem sido interrogados em desconformidade com a legislação e de as comissões que conduziam os processos terem sido compostas por servidores que tinham cargos de confiança na gestão do IFBA, o que mostra total parcialidade do julgamento. Todas essas características reforçavam a tese dos alunos de que os processos eram uma perseguição política e de que a gestão usou a ocupação como um fato político com a finalidade de retaliar o movimento estudantil e suas práticas. Essa ocupação do IFBA no início de 2015 foi um anúncio de que os estudantes não estavam, apesar de todas as tentativas de calar o movimento, alheios a política.

Após toda a tramitação, os alunos foram convocados para buscar os resultados dos processos. No dia 27 de agosto, as punições foram publicadas. Um saldo de 14 estudantes suspensos por períodos entre 10 e 25 dias, conforme tabela abaixo, e 5 alunos expulsos. A alegação era de que existiam fortes indícios da participação e liderança desses alunos na ocupação. Para complicar a situação ainda houve a ordem de proibir a entrada dos alunos na escola.

**Tabela 1:** Portaria 1.804/2015 da Reitoria do IFBA, que aplica as penalidades de suspensão em 14 estudantes referentes ao processo 23278.000318/2015-21.

Nome	Matrícula	Qtd. dias
T.B.G.	(Sob sigilo)	25
E.R.R.S.J.	(Sob sigilo)	15
L.N.S.	(Sob sigilo)	10
L.O.B.	(Sob sigilo)	25
M.C.A.U.	(Sob sigilo)	15
M.T.B.S.	(Sob sigilo)	15
P.A.D.N.C.	(Sob sigilo)	10
K.S.P.	(Sob sigilo)	15
L.Q.R.	(Sob sigilo)	25
M.G.V.S.	(Sob sigilo)	10
I.S.S.	(Sob sigilo)	10
J.C.P.A.	(Sob sigilo)	10
L.C.C.	(Sob sigilo)	10
Nome	Matrícula	Qtd. dias
T.C.S.	(Sob sigilo)	15

Uma sensação de insatisfação tomou conta dos estudantes. As perguntas não paravam de surgir.

4 Durante o processo, a comissão não intimou os estudantes, com acusações formais, para que apresentassem defesa escrita conforme previsto na Lei.

Como? Por quê? Essas questões ecoavam por todos os corredores e salas do *campus*. Estudantes chorando pelos cantos, outros amedrontados, e um clima de terror e revolta instaurado. A proibição de entrar na escola foi considerada ainda mais absurda e abusiva. Essas sensações podem ser vistas nos relatos dos estudantes:

*"No dia que fui convidada a ir à sala da diretoria para receber a minha expulsão foi no mínimo estranho, fui a primeira a entrar na sala, acreditei que iria receber algo para me defender, sentei e ouvi palavra por palavra que não era o que o diretor queria e sim, o reitor, pelo menos foi o que ele (diretor) me disse e estaria sendo desligada naquele momento, não acreditei ou não me dei conta do que estava acontecendo, ao chegar à portaria, os porteiros, que eu sempre falava, me perguntou se eu estava bem, eu caí em prantos e indo para casa quase cai da moto, precisei tomar medicação pra me acalmar, a qual já estava tomando por causa das oitavas, que foram invasivas e tendenciosas. No dia seguinte ao tentar entregar o recurso fui escoltada, por um segurança armado"* (Relato do Estudante O2, expulsão).

*"Um dos momentos mais constrangedores e humilhantes que vivi foi estar numa visita técnica e receber uma ligação da mãe me informado que estava suspenso, sem nem mesmo saber o motivo, gerando assim um conflito familiar e desavenças, e ainda voltar da visita e ver colegas te olhando com o olhar de solidariedade e injustiça. No outro dia ser impedido de entrar na instituição foi e será um momento inesquecível. Ver o segurança com sua foto para que você fosse identificado e assim impedido de entrar, como um criminoso procurado, parecia que eu tinha cometido uma atrocidade. E ainda assim, depois só conseguir entrar na instituição por conta da luta dos professores e com o segurança te acompanhando, tudo isso em um momento crucial de avaliações que se não fosse a luta de alguns professores eu teria sido reprovado"* (Relato do Estudante O3, suspenso por 10 dias).

Outro estudante, na mesma linha, relata como o processo pós-punições foi complicado e seus impactos no desenvolvimento acadêmico dos alunos:

*"Ser impedido de entrar na escola onde estudo foi uma das piores experiências que pude vivenciar naquela instituição. Ter a imagem do meu rosto impresso numa folha A4 nas mãos dos porteiros e ser acompanhado pelo segurança para entrar na instituição, após muita luta dos professores, foi num mínimo constrangedor. Senti como se o papel do segurança, de zelar pelo patrimônio da instituição e contra as perturbações estivesse sendo cumpridos ali comigo, quando, portando uma arma, me conduziu para diretoria. Neste momento me senti como se tivesse cometido um crime, além de não poder assistir às aulas, eu não poderia nem entrar na instituição, claramente uma forma de punir alguns estudantes com atraso no calendá-*

*rio, fazendo com que se percam conteúdos e avaliações, onde naquele momento era crucial para aprovação, visto que estávamos em final de ano. Tudo isto para evitar com que o movimento estudantil ganhasse vez no IFBA"* (Relato do Estudante O4, suspenso por 15 dias).

O que foi relatado pelos estudantes a respeito da condução armada dos guardas foi mais um dos episódios. Porém, para chegar até ele, muita coisa ocorreu. Após o resultado da expulsão, um dos alunos se dirigiu imediatamente com seu pai até a Reitoria do instituto, onde estava ocorrendo uma reunião do Conselho Superior (CONSUP) e uma assembleia dos servidores. Enquanto esse aluno ia em direção à Reitoria, os estudantes que ficaram no *campus* entraram em contato com professores mais próximos para informar sobre o ocorrido. Muitos desses professores estavam na Reitoria e já prepararam o terreno da assembleia para a notícia. Após alguns esclarecimentos, os servidores deliberaram pela criação de um GT (grupo de trabalho) para dar suporte aos estudantes. A tarefa imediata era buscar, nas normas institucionais, disposições acerca da possibilidade de recurso contra as punições e de acesso aos autos processuais. Após a leitura da Resolução 73/2013 do CONSUP foi constatada a possibilidade de um recurso com efeito suspensivo.

Em seguida, uma comitiva de servidores acompanhou o discente e seu pai até a sede da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE) para conversar com a Ouvidora-Geral da DPE, Vilma Reis, sobre a possibilidade de a Defensoria atuar na defesa dos alunos. Depois de alguns esclarecimentos e palavras de conforto, a Ouvidora Vilma Reis determinou que o caso fosse enviado, com pedido de urgência, para a Defensoria Pública da União, por se tratar de situação envolvendo órgão federal. Nesse mesmo dia a informação sobre as punições foi disseminada nas redes sociais em velocidade recorde. As imagens já circulavam no Facebook com os dizeres "Pelos 20 de Camaçari" e "O reitor ataca o instituto: os 20 de Camaçari". No dia seguinte, enquanto os discentes punidos foram ao *campus* Camaçari protocolar os recursos, protestos contra as punições ocorriam no IFBA *campus* Valença e em outras unidades. Paralelo a isso, diversos alunos e servidores entraram em contato com outros *campi*, com ex-alunos do IFBA e com movimentos sociais para articular um protesto na Reitoria do IFBA contra as punições e a favor dos estudantes.



**Figura 1:** Protesto pelos 20 de Camaçari, realizado em 10/09/2015 na Reitoria do IFBA (Fotografia: Marcos Musse).

Esse protesto ocorreu em 10 de setembro e foi

histórico graças a grande mobilização que ocorreu em tão poucos dias. A mobilização (Fig. 1) a favor dos 20 de Camaçari contou com o apoio e participação de representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE); da Assembleia Nacional dos Estudantes-Livre (ANEL); da Federação Nacional dos Estudantes Técnicos (FENET); do Coletivo Pajeú-Resistência em Movimento; do Movimento Mulheres em Luta; da Central Sindical CSP-Conlutas; do Vereador de Salvador Hilton Coelho do PSOL; da UJC-BAHIA; do Coletivo Avante IFBA *campus* Salvador; dos estudantes dos *campi* do IFBA Simões Filho, Valença, Ilhéus, Feira de Santana, Santo Amaro, e Seabra; da Frente de esquerda UFBA; do DCE da UFBA; do Diretório Acadêmico de Direito da UNEB Camaçari; entre outros. Além disso, merece destaque a atuação, em defesa dos estudantes, de diversos servidores do IFBA e do SINASEFE IFBA, assim como dos professores da UFBA que, durante uma assembleia de greve, aprovaram uma moção de apoio aos estudantes.

Ainda em setembro, a Defensoria Pública da União (DPU) solicitou que o IFBA anulasse o processo contra os alunos, pois o procedimento administrativo possuía "vícios insanáveis, representando uma afronta ao Código Disciplinar Discente e aos princípios da legalidade, do direito à ampla defesa e do contraditório". Após a consulta à Procuradoria Federal junto ao IFBA (PF-IFBA), o Reitor determinou que o processo fosse anulado e, num "golpe de mestre", que fosse reconduzido, porém, sob um novo número (23278.011147/2015-11). Desse "novo" processo se seguiu um ritmo ainda mais pesado de retaliação, com o uso de dispositivos do Código Penal contra os alunos, ao longo de todo o processo.

### Considerações finais

Diversos especialistas em educação entendem que essa não se esgota na sala de aula, e que não tem somente um papel formativo para o trabalho, mas também que deve ser instrumento de formação para a cidadania e para a política. Filho (2014, p. 37) afirma que a educação tem o papel de formar o homem e a mulher para transitar no mundo social e do trabalho,

*"levando-o a compreender, interpretar e a interferir ativamente em sua sociedade. É necessário que proporcione uma formação capaz de instrumentalizar com conhecimentos e saberes críticos e organicamente reflexivos, que sejam capazes de interferir proativamente em todos os momentos de sua história enquanto ser"*

Dessa forma, podemos verificar que o movimento estudantil tem papel fundamental na educação enquanto formadora para a política. Vielmo (2008, p. 11) afirma que a militância estudantil subsidia a formação política, indispensável para um sujeito transformador, e que os estudos e conhecimentos advindos da militância estudantil, através de debates, manifestações, contatos com sujeitos de lugares e ideologias diferentes são relevantes para uma formação social mais ampla. Diante de todos os fatos demonstrados ao longo do texto, como por exemplo, o histórico de luta dos estudantes e suas mais diversas formas de reivindicar, as divergências e embates políticos no IFBA entre estudantes

e gestores, a posição tomada pelos estudantes em momentos de escolhas, as ações políticas destes que visavam contestar ações autoritárias e que contrariavam os interesses da categoria, podemos concluir que a ocupação do IFBA Camaçari, ocorrida em 04/02/2015, não foi um fato político isolado. Ela tinha um objetivo, e era fruto de diversas tensões e embates que vinham acontecendo desde 2013. A criminalização do movimento estudantil por parte da gestão do IFBA, unido ao fato de que os estudantes que eram vistos como "lideranças estudantis" faziam oposição aos gestores do IFBA colaborou com os interesses da gestão em retaliar seus opositores.

A ocupação, usada pelos alunos como instrumento de luta, deu a gestão do Instituto Federal da Bahia "a faca e o queijo" para que pudessem perpetuar ações ofensivas contra o movimento estudantil no IFBA. Tudo isso mostra como os processos administrativos foram usados como forma de punir os discentes que se posicionam como oposição à gestão do reitor Renato Anunciação e do Diretor Geral *campus* Camaçari, e como essa mesma gestão buscou criar construções jurídicas fraudulentas com o fito de fazer uma retaliação ao movimento estudantil no *campus* Camaçari. O caso dos "20 de Camaçari", além de ser, sem dúvidas, o maior e mais escandaloso caso de autoritarismo do IFBA, mostrou que as ocupações estudantis representam, para os alcoses do ME, uma forte ação política que precisa ser combatida, mesmo que de maneiras pouco convencionais, ou mesmo ilegais.

Todavia, essas mesmas ocupações são, para os estudantes, formas legítimas de manifestação e de luta. Apesar de toda a ofensiva sofrida no IFBA Camaçari, os estudantes do próprio *campus* e de outros mostraram que, ao contrário do que a gestão esperava, os ataques antidemocráticos fortaleceram os estudantes que, em conjunto com diversos movimentos sociais, lutaram até o fim não só a favor dos 20 de Camaçari, mas também para que ações arbitrárias como essa não voltassem a se repetir. Essa ocupação, pequena em proporção e tempo, foi enorme pela sua repercussão, pelo temor que causou aos que retaliavam os estudantes e pelo apoio e visibilidade nacional que teve. O movimento estudantil não morreu, e essa foi mais uma prova.

## Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy. (2014), "Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013". *Revista de Políticas Públicas*, 18; 41-47.
- ARAÚJO, Raquel Dias. (2009), "O movimento estudantil não é coisa do passado: de maio de 1968 às mobilizações e ocupações de 2007 e 2008". *Universidade e Sociedade*, 19, 44:159-171.
- BRASIL. (1985), Lei 7.398 de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm)>. Acessado em 15/06/2017.
- BRASIL. (1988), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acessado em: 15/06/2017.
- BRASIL. (1990), Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acessado em 15/06/2017.
- BRASIL. (1996), Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acessado em 15/06/2017.
- INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA-IFBA *CAMPUS* CAMAÇARI. (2015), Processo Disciplinar Discente "Baile de Máscaras", instaurado em 02/02/2015 através da portaria 003/2015 do Diretor Geral *pro tempore* do IFBA *campus* Camaçari.
- INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA-IFBA. (2015), Processo Administrativo Disciplinar nº 23278.000318/2015-21, instaurado em 05/02/2015 através da portaria 0206/2015 do Gabinete da Reitoria.
- FERRARO, Karina Perin & DAL RI, Neusa Maria. Movimento Estudantil e a democratização da Universidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, 6, 2014, Marília. *Anais ...* Marília: Oficina Universitária, 2014, p. 1-15.
- FILHO, Renato da Anunciação. (2014), *Formas de mobilização do conhecimento e saberes profissionais em situação de trabalho: o caso dos profissionais técnicos industriais de nível médio*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia-UFBA, datilo.
- FILLIEULE, Olivier & PECHU, Cécile. (1993), *Lutter ensemble: lesthéories de l'action collective*. Paris, Editora L'Harmattan.
- GOHN, Maria da Glória. (1997), *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Loyola.
- GOHN, Maria da Glória. "Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na atualidade". In: REUNIAO CIENTIFICA REGIONAL DA ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, 6, 2016, Curitiba. *Anais ...* Curitiba: UFPR, 2016.
- GOSS, Karine Pereira. PRUDENCIO, Kelly. (2004), "O conceito de movimentos sociais revisitado". *Em Tese*, 2, 1:75-91.
- HOBSBAWN, Eric. (2003), *Era dos Extremos - O breve século XX 1914/1991*. Tradução de Marcos Santarrita. 2ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- LACLAU, Ernesto. (1986), "Os novos movimentos sociais e a pluralidade social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1, 2:41-47.
- MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. (2013), "As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política". *Pensamento plural*, 12, 1:7-35.
- NIDELCOFF, Maria Teresa. (1978), *Uma Escola para o Povo*. Tradução de João Silverio Trevisan. 30ª edição, São Paulo, Brasiliense.
- PAIVA, Gabriel. (2013), *A UNE sob o governo Lula: A história de uma decadência*. São Paulo, Editora José Luis e Rosa Sundermann.
- PARRA, Henrique Z. M. (2013), "Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência". *Revista Pensata*, 3, 1:141-150.
- PAULA, Jéssica Reis de. (2007), *Movimento estudantil: sua história e suas perspectivas*. Monografia, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, datilo.
- SINGER, André. (2013), "Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas". *Novos estudos CEBRAP*, 32, 3:23-40.
- UBES. (2016), UBES divulga lista de escolas ocupadas e pautas das mobilizações. <<http://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>>. Acessado em 12/06/2017.
- VIELMO, Paula. (2008), *O movimento estudantil como espaço de formação política para o (a) pedagogo (a)*. Monografia, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, datilo.